

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### Mais de 820 mil renegociam dívidas

Mais de 820 mil pessoas participaram da Semana Nacional de Negociação e Orientação Financeira, informaram nesta segunda-feira (23) o Banco Central (BC) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O volume renegociado foi de R\$ 4,5 bilhões, volume foi 62% maior do que o registrado em uma semana padrão. Durante a semana, o desconto médio ficou em 65% e o prazo para pagamento da dívida em 58 parcelas. Realizado entre os dias 2 e 6 de dezembro, foi o primeiro dos mutirões previstos no acordo entre o BC e a Febraban, assinado em novembro. O BC e a Febraban ainda estão definindo a data da próxima Semana de Renegociação e Orientação Financeira.

### Educação financeira: diferencial

Para o BC e a Febraban, o foco em educação financeira foi um diferencial da iniciativa. "Foram produzidos um vídeo e um folder especialmente para a Semana, com dicas para organizar e equilibrar o orçamento doméstico em uma linguagem simples e direta.

### Orçamento de Niterói em votação

A Câmara de Vereadores de Niterói vai realizar mais duas sessões plenárias antes do recesso legislativo do fim do ano. Na próxima quinta-feira, dia 26, a plenária será no horário regimental das 17 horas. No dia seguinte, sexta, dia 27, uma sessão extraordinária, às 10 horas, vota, em segunda e última discussão, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2020. A LOA recebeu 501 emendas propostas por vereadores e comissões permanentes da Casa. A LOA 2020, encaminhada pela Mensagem-executiva 26/2019, estima as receitas em R\$ 3.612.034.093,07 (três bilhões, seiscentos e doze milhões, trinta e quatro mil, noventa e três reais e sete centavos).

Douglas Macedo



Presidente da Câmara diz que seguirá no objetivo de modernizar gestão

### Cal considera ano produtivo

Para o presidente da Câmara, vereador Milton Cal (Progressista), o ano foi difícil, porém produtivo, e espera um 2020 de muito trabalho e com grandes desafios.

"Como sempre acontece nessa Casa, o calendário eleitoral não interfere nas decisões que dizem respeito aos destinos da cidade. O conjunto de vereadores sabe distinguir as questões partidárias da administração. Vamos prosseguir no objetivo de modernizar a gestão e atuar, em parceria com o Executivo, visando o melhor para a população e para a manutenção da saúde financeira do município", ressaltou o presidente Milton Cal.

### Regras para quebra de bancos

Um projeto de lei complementar (PLC), enviado nesta segunda (23), pelo governo, à Câmara dos Deputados, estabelece novas regras no caso de quebra de bancos. Pela proposta, em casos de crises severas e após o uso de todos os recursos privados dos acionistas, dos investidores subordinados e dos fundos de resolução, há possibilidade de uso de recursos públicos. Nesse caso, o Tesouro Nacional é o primeiro a ser reembolsado quando houver a recuperação da instituição.

### Adesão a padrão internacional Compromissos com o G-20

Em nota, o Banco Central informou que o PLC "tem por objetivo dotar o Brasil de legislação para resolução bancária plenamente aderente ao padrão internacional estabelecido pelo Financial Stability Board (FSB) após a crise econômica mundial de 2008.

Esse padrão é adotado pelas economias mais avançadas e sua implantação é fundamental para cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do G-20 [grupo formado pelas maiores economias do mundo mais a União Europeia].

### 25 mil no Natal Show de Bola

O Governo do Estado realizou, nesta segunda-feira (23), no Maracanã, o Natal Show de Bola, evento que trouxe de volta ao calendário do Rio de Janeiro a chegada do Papai Noel de helicóptero ao estádio. Aproximadamente 25 mil pessoas assistiram à festa, que contou ainda com distribuição de presentes, apresentações musicais e serviços como emissão de documentos e orientações de saúde. O governador Wilson Witzel informou que, em 2020, a tradicional festa de Natal no Maracanã terá mais novidades. "Queremos fazer anualmente uma abertura de Natal que seja diferente a cada ano, que fale sobre o conagraamento dos povos, mas sempre com a chegada do Papai Noel. Queremos que o Rio seja um polo turístico, de cultura. Novidades virão", ressaltou o governador.

# Governo Federal extingue mais de 27,5 mil cargos

Quase a metade está desocupada e será suprimida. Ministério da Saúde será o mais afetado

O governo federal extinguiu mais de 27.500 cargos efetivos do seu quadro de pessoal para organizar a estrutura de carreiras. Entre os cargos extintos pelo Decreto nº 10.185, publicado na última sexta-feira (20) no Diário Oficial da União, estão o de mateiro, discotecário, técnico de móveis e esquadrias, locutor e seringueiro. O Ministério da Economia informou que analisou cerca de 500 mil cargos para "identificar aqueles que não são mais condizentes com a realidade da atual força de trabalho federal".

"O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos, pois estes são cargos obsoletos e em funções que não devem mais ser repostas", disse o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart, em nota.

De acordo com o ministério, a maior parte das atribuições dos cargos que estão sendo extintos podem ser supridas de outras maneiras, como a descentralização para outros entes da federação e a contratação indireta de serviços (terceirização).

Levantamento da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) mostrou que do total de cargos que serão extintos, 14.227 já estão desocupados e serão suprimidos imediatamente.



Secretário de Gestão e Desempenho, Wagner Lenhart explicou os cortes

Ainda existem 13.384 cargos ocupados. Neste caso, a extinção ocorrerá quando essas pessoas se aposentarem. "É importante deixar claro que o servidor que ocupa um cargo "em extinção" não é afetado, nada muda para a pessoa", explica Lenhart.

**Ministério da Saúde** – O órgão mais impactado pela medida será o Ministério da Saúde. Na pasta ocorrerá a

redução de 22.476 cargos, o que representa cerca de 81% do total de cargos extintos. Apenas no cargo de Agente de Saúde Pública serão extintos 10.661 cargos.

"Isso não terá repercussão no âmbito do Ministério da Saúde e se deve, em grande parte, à extinção de cargos de natureza operacional no combate e controle de endemias e de cargos vagos de unidades

hospitais, que hoje já são de competência de outros entes federativos", afirma o secretário.

**Vedação de concurso** – A medida veda, ainda, a abertura de concurso público para cargos existentes no plano de cargos técnicos e administrativos das instituições de ensino. A vedação abarca cerca de 20 mil cargos do Ministério da Educação e de suas instituições federais de ensino, o que representa 68 denominações de cargos.

De acordo com Wagner Lenhart, o decreto não coloca tais cargos em extinção, apenas veda a realização de novos concursos ou o provimento adicional além das vagas previstas nos editais vigentes, garantindo a continuidade dos concursos em andamento.

**Decretos** – Esta é a terceira vez que o governo edita decretos para extinguir cargos obsoletos, diz o ministério. Em 2018, foi publicado o Decreto nº 9.262, que extinguiu mais de 60 mil cargos. Já em abril de 2019, o governo realizou outro movimento de adequação da força de trabalho e publicou o Decreto nº 9.754, que promoveu a extinção de outros 13 mil cargos. ■

# Conta de luz: projeto promete baixar tarifas e abrir mercado

Impostos somam mais de 30% no valor. Aneel alerta sobre crise hídrica

Mais de 31% do valor mensal pago na conta de luz são de tributos. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os impostos e os subsídios embutidos nas contas pesam mais de 40% no bolso dos brasileiros. Entre as causas desse valor, a autarquia aponta a crise hídrica e a capacidade reduzida de armazenamento de água.

Desde 2012, a tarifa média de energia no País cresceu mais de 20% em termos reais, de acordo com a agência. De lá para cá, o custo de geração de energia aumentou 14,25%. Os encargos setoriais subiram quase 8%. Em contrapartida, a distribuição nesse tempo caiu 2,32%.

"Com uma menor capacidade de armazenamento e uma maior volatilidade nas chuvas, a gente teve uma necessidade de aumentar o nível de geração de usinas térmicas e isso levou a outro patamar de custo dessa geração térmica", justifica o superintendente de Regulação de



Divulgação

Além dos impostos, subsídios embutidos também aumentam valor da conta

Mercado da Aneel, Júlio César Rezende Ferraz. A previsão é de que, em 2020, ainda haja um aumento de 2,42% nas contas.

Para Ferraz, a diminuição das tarifas passaria por um setor elétrico mais "moderno". O gestor acredita que o setor já

se encontra em transformação, mas que precisa de legislação e regulação que facilitem ainda mais essa evolução. "O objetivo deve ser a eliminação de barreiras, tanto para o desenvolvimento tecnológico quanto para as demandas sociais e ambien-

tais", explica o superintendente.

Para isso, na avaliação de Ferraz, devem ser levados em conta três "pilares". O empoderamento do consumidor; a sustentabilidade, com a expansão da matriz energética por meio de energias renováveis; e ambiente competitivo. "A ampliação do mercado livre é uma tendência e isso busca uma maior competitividade e eficiência no setor", completa.

O representante da Aneel cita um projeto de lei (PL 1.917/2015), em tramitação na Câmara dos Deputados, como forma de aumentar a competitividade e reduzir as tarifas para o consumidor. O projeto em questão é conhecido como projeto da portabilidade da conta de luz, ideia semelhante ao que já é feito hoje no setor de telefonia. Tem a proposta de abrir o mercado de energia elétrica no Brasil, possibilitando que o consumidor final possa escolher de quem quer comprar energia, o chamado mercado livre. ■

# Supermercados não vão mais distribuir sacolas gratuitas

A partir de sexta-feira, acaba a obrigatoriedade de duas unidades sem custo

O Procon Estadual do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, esclarece que a partir do dia 27 de dezembro os estabelecimentos supermercadistas do estado não serão mais obrigados a disponibilizar até duas sacolas gratuitas aos consumidores. O prazo estipulado na lei 8473/19 que obriga a distribuição gratuita de duas sacolas termina dia 26 deste mês.

Com o objetivo de pro-

teger o meio ambiente, a lei proibiu que os estabelecimentos comerciais com mais de 10 funcionários distribuíssem sacos ou sacolas plásticas descartáveis compostas por polietilenos, polipropilenos e/ou similares. Estas deveriam ser substituídas por outras com resistência de no mínimo 4 (quatro), 7 (sete) ou 10 (dez) quilos confeccionadas com mais de 51% de material proveniente de fontes renováveis e o percentual restante

preferencialmente proveniente de material reciclado nas cores verde e cinza.

Nos primeiros seis meses do cumprimento da lei, contados a partir de 26 de junho de 2019, os supermercados deveriam disponibilizar até duas sacolas gratuitamente. Logo, a partir do dia 27, os supermercados poderão distribuir as sacolas mediante cobrança máxima de seu preço de custo, neste incluídos os impostos. ■

### Radars voltam às estradas

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) voltou nesta segunda-feira (23) a usar medidores de velocidade móveis e portáteis nas estradas. No dia 11 de dezembro, a Justiça Federal atendeu a um pedido de liminar feito pelo Ministério Público Federal e entendeu que a falta dos radares pode causar danos à sociedade. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na última quarta-feira (18). Os equipamentos móveis foram recolhidos em agosto, após a publicação de um despacho do presidente Jair Bolsonaro.